

# Apoio federal a projetos de saneamento básico

---

Assembléia Legislativa do Ceará:  
Financiamento para Universalizar o  
Saneamento Básico

6 de julho de 2021

PROGRAMA DE  
PARCERIAS DE  
INVESTIMENTOS **PPI** 

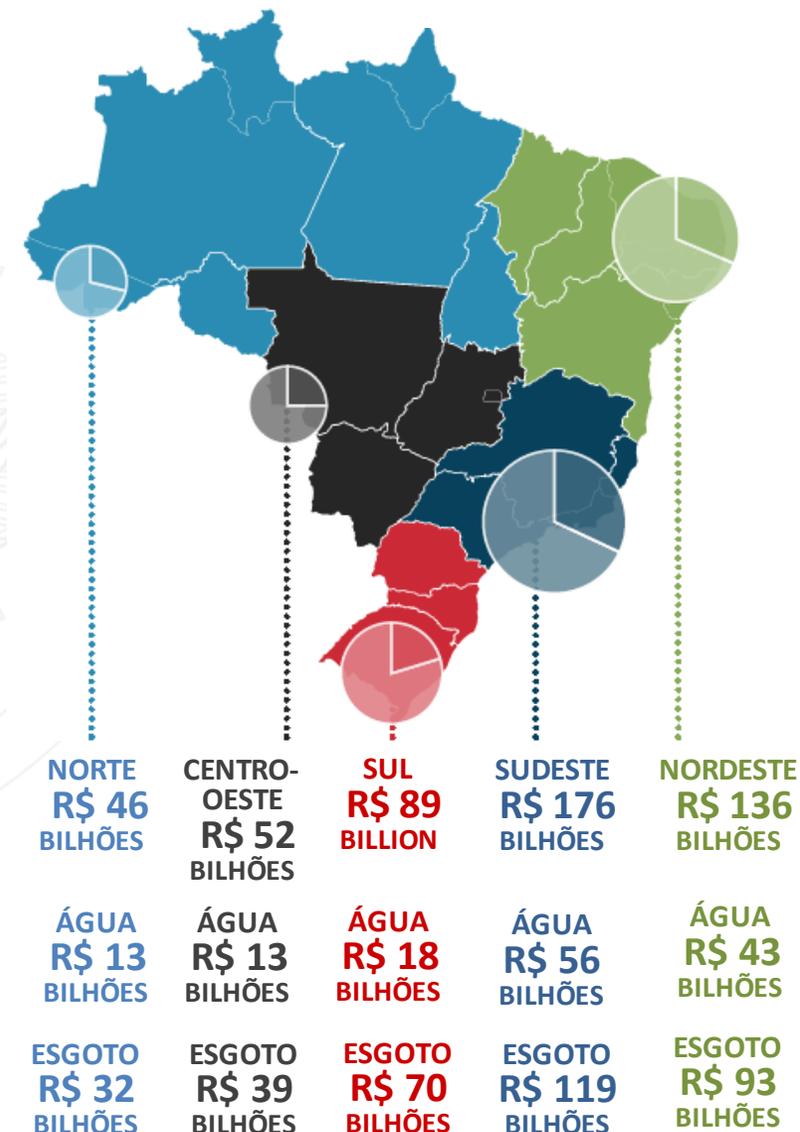
MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA

 **PÁTRIA AMADA  
BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL

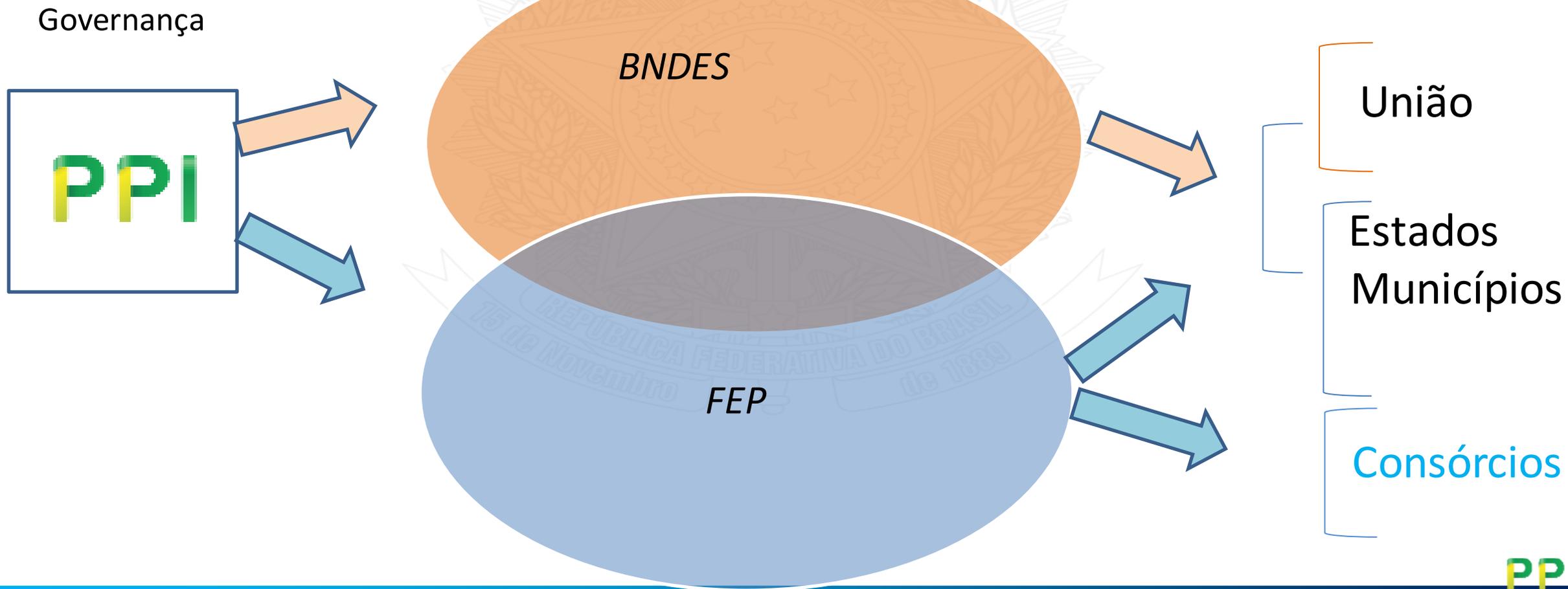
# O desafio da Universalização do Saneamento Básico

## Objetivos

- No Brasil, uma população equivalente à do Canadá não tem acesso a água tratada
- Mais de 100 milhões de brasileiros não têm acesso a coleta de esgoto
- Incrementar parcerias privadas em conjunto com entes subnacionais (estimativa de R\$ 753 bilhões de investimentos)
- Estruturação de projetos financiáveis e que possibilitem a prestação de serviços adequados à população



## FÁBRICAS DE PROJETOS



## Diagnóstico - 2017

**Municípios relatam dificuldades na estruturação e desenvolvimento de projetos como um dos principais entraves para realização de parcerias:**

- Recursos fiscais limitados;
- Ausência de quadros técnicos especializados;
- Dificuldades para realizar a contratação e orientar os estudos e projetos; e
- Dificuldade de convencer os tomadores de decisão e de comunicar os benefícios das parcerias à sociedade.

## Proposta de atuação

**Apoio técnico e financeiro do Governo Federal para estruturação de Concessões/PPP de entes subnacionais**

- Assistência Técnica e Financeira – FEP;
- Regulação de Contratos;
- Capacitação Técnica.

**Finalidade do apoio Federal:**

- Ampliar os investimentos e melhorar a prestação dos serviços locais
- Garantir a qualidade e a isenção dos estudos
- Inspirar confiança na tomada de decisão

# FEP – serviços

O ente público contrata o FEP, mediante dispensa de licitação, para a prestação de dois serviços:

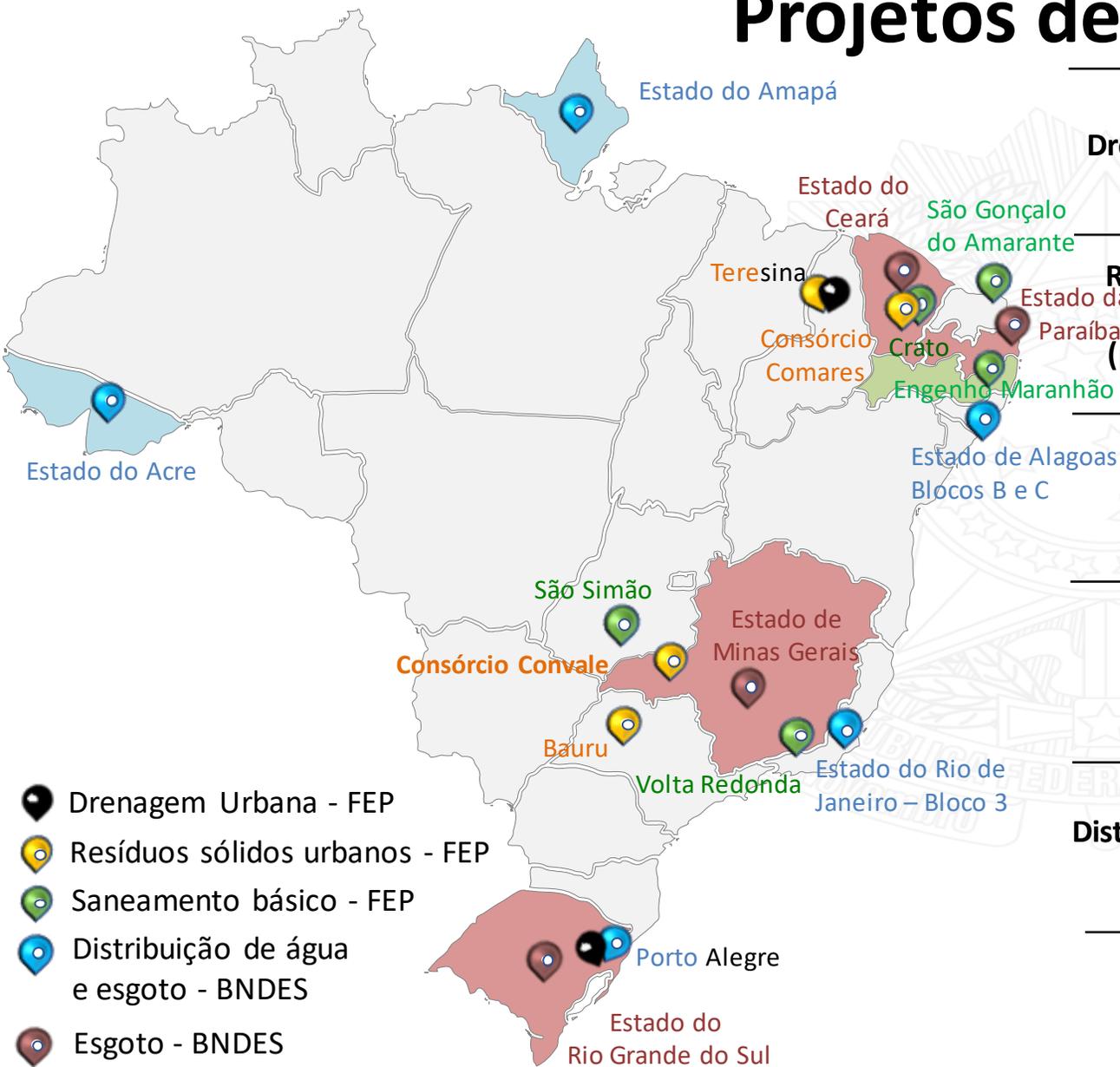
## Consultoria externa, contratada pela CAIXA

- Diagnóstico operacional, fiscal e legal
- Estruturação do projeto - EVTEA
- Apoio técnico ao ente para validação externa – audiência e consulta públicas e atendimento às interposições de órgãos de controle
- Apoio técnico à Comissão de Licitação

## Assessoramento técnico, realizado pela CAIXA

- Interlocução entre consultoria e ente
- Orientação técnica à consultoria
- Recebimento preliminar, validação e submissão dos produtos ao ente
- Assessoramento ao ente na interlocução com órgãos ambientais, Câmara de Vereadores e órgãos de controle
- Plano de comunicação social
- Suporte na consulta e na audiência pública
- Suporte à Comissão de Licitação
- Realização de “Road Show”
- Assessoramento nas demais atividades necessárias à contratação da concessão

# Projetos de Saneamento



<b>Drenagem Urbana</b>	<b>02</b> Projetos	<b>2 milhões</b> (não somar) População alcançada	<b>R\$ (em estudos)</b> Estimativas de Capex+ Opex - Total
<b>Resíduos sólidos urbanos (projetos piloto)</b>	<b>04</b> Projetos	<b>2 milhões</b> População alcançada	<b>R\$ 3,2 bilhões</b> Estimativas de Capex+ Opex - Total
<b>Saneamento básico</b>	<b>05</b> Projetos	<b>838 mil</b> População alcançada	<b>R\$ 3,5 bilhões</b> Estimativas de Capex+ Opex - Total
<b>Esgoto</b>	<b>02</b> Projetos	<b>6,6 milhões</b> População alcançada	<b>R\$ 9,4 bilhões</b> Estimativas de investimentos- Total
<b>Distribuição de água e esgoto</b>	<b>05</b> Projetos	<b>7,0 milhões</b> População alcançada	<b>R\$ 12,8 bilhões</b> Estimativas de investimentos- Total
<b>Total</b>	<b>18 projetos</b>	<b>18,4 milhões</b>	<b>R\$ 28,9 bilhões</b>

- Drenagem Urbana - FEP
- Resíduos sólidos urbanos - FEP
- Saneamento básico - FEP
- Distribuição de água e esgoto - BNDES
- Esgoto - BNDES

# Pipeline projetos Saneamento BNDES

	Alagoas RM Maceió	Cariacica /	Rio de Janeiro Blocos 1,2 e 4	Amapá	Acre	Porto Alegre / RS	Alagoas – Blocos B e C	Rio de Janeiro Blocos 3	Rio Grande do Sul	Ceará	Minas	Paraíba
<b>Modelo de negócios</b>	Concessão distribuição água e esgoto	PPP esgoto	Concessão distribuição água e esgoto	Concessão plena água e esgoto	Concessão plena água e esgoto	Concessão plena água e esgoto	Concessão distribuição água e esgoto	Concessão distribuição água e esgoto	PPP esgoto	PPP esgoto	Em definição	Em definição
<b>População abrangida</b>	1.393 mil	423 mil	11.500 mil	734 mil	629 mil	1.501 mil	2.193 mil	1.928 mil	2.416 mil	4.173 mil	11.600 mil	2.200 mil
<b>Capex estimado</b>	R\$ 2.568 mi	R\$ 580 mi	R\$ 27.300 mi	R\$ 3.000 mi	R\$ 1.439 mi	R\$ 2.174 mi	R\$ 3.600 mi	R\$ 2.600 mi	R\$ 3.000 mi	R\$ 6.411 mi	ND	R\$ 4.000 mi
<b>Previsão do Leilão</b>	✓	✓	✓	02/set	A Definir	4T2021	1T2022	1T2022	4T2021	2T2022	ND	4T2022
<b>Estágio atual</b>	Assinatura da concessão (BRK)	Assinatura da PPP (AEGEA)	Leilão realizado (30/04/2021)	Edital Publicado	Discussão com os municípios envolvidos	Avaliação dos órgãos de controle	Apresentação da modelagem ao Estado	Revisão dos Estudos	Estudos em elaboração	Estudos em elaboração	Preparação para estudos	Contratação de consultores



População total abrangida  
**+40 milhões**



Investimento total estimado  
**R\$ 56 bilhões**

**Em preparação:  
Sergipe e Rondônia**

# Projetos de saneamento - FEP

	Bauru/SP	Teresina/PI	Consórcio Convale/MG	Consórcio Comares/CE	São Simão/GO	Crato/CE	Volta Redonda/RJ	São Gonçalo do Amarante/ RN	Teresina/PI	Porto Alegre/RS
Modelo de negócios	Concessão RSU	Concessão RSU	Concessão RSU	Concessão RSU	Concessão RSU, água e esgoto	Concessão esgoto	Concessão esgoto	Concessão esgoto	Concessão drenagem	Concessão drenagem
População abrangida	376 mil	865 mil	428 mil	343 mil	20 mil	132 mil	273 mil	102 mil	865 mil	1,4 milhão
Capex estimado	R\$ 118 mi	R\$ 217 mi	R\$ 132 mi	R\$ 50 mi	R\$ 48 mi	R\$ 194 mi	R\$ 320 mi	R\$ 120 mi	-	-
Previsão de licitação	Leilão 4T2021	Leilão 4T2021	Leilão 30/julho	Leilão 1T2022	Leilão 4T2021	Leilão 4T2021	Leilão 2T2022	Leilão 3T2022	Leilão 4T2022	Leilão 4T2022

Mais informações em: <https://www.ppi.gov.br/projetos-concessoes-e-parcerias>



População total abrangida  
**4,8 milhões**



Investimento total estimado  
**R\$ 1,2 bilhão**

## Premissas adotadas para estruturação pelo FEP

- *Estímulo a **regionalização** dos serviços, mediante consórcios intermunicipais ou formação de Unidades Regionais com apoio do Governo do Estado:*
  - *prestação dos serviços a custos módicos*
- ***Sustentação econômica** dos serviços:*
  - *Segregação de recebíveis de esgoto, com ou sem transferência da gestão comercial da água para o concessionário*
  - *Tarifa de esgoto faturada junto com a conta de água*
- *Equacionar o **déficit** de coleta e tratamento dos esgotos*
- *Foco da universalização dos serviços urbanos até 2033:*
  - *90% de cobertura domiciliar de coleta e tratamento*
  - *Extensão dos benefícios a vilas e povoados com mais de 200 domicílios ou 1.000 habitantes*

## Arranjos institucionais // Modelagem

Funções	Modelo 1 – ALTA/BAIXA	Modelo 2 – Concessão plena	Modelo 3 – Subdelegação
Poder Público	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Empresa pública responsável por Captação e Produção de água</li> <li>• Gestão do contrato</li> <li>• Fiscalização</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão do contrato</li> <li>• Fiscalização</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Empresa pública responsável pela Gestão comercial</li> <li>• Gestão do contrato</li> <li>• Fiscalização</li> </ul>
Concessionária privada	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Operação dos serviços, exceto produção de água</li> <li>• Gestão Comercial</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Operação plena dos serviços de água e esgoto</li> <li>• Gestão Comercial</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Operação dos serviços</li> </ul>
Exemplos	RJ (CEDAE) e AL (CASAL)	Acre e Amapá	SANESUL (MS) e CORSAN (RS)

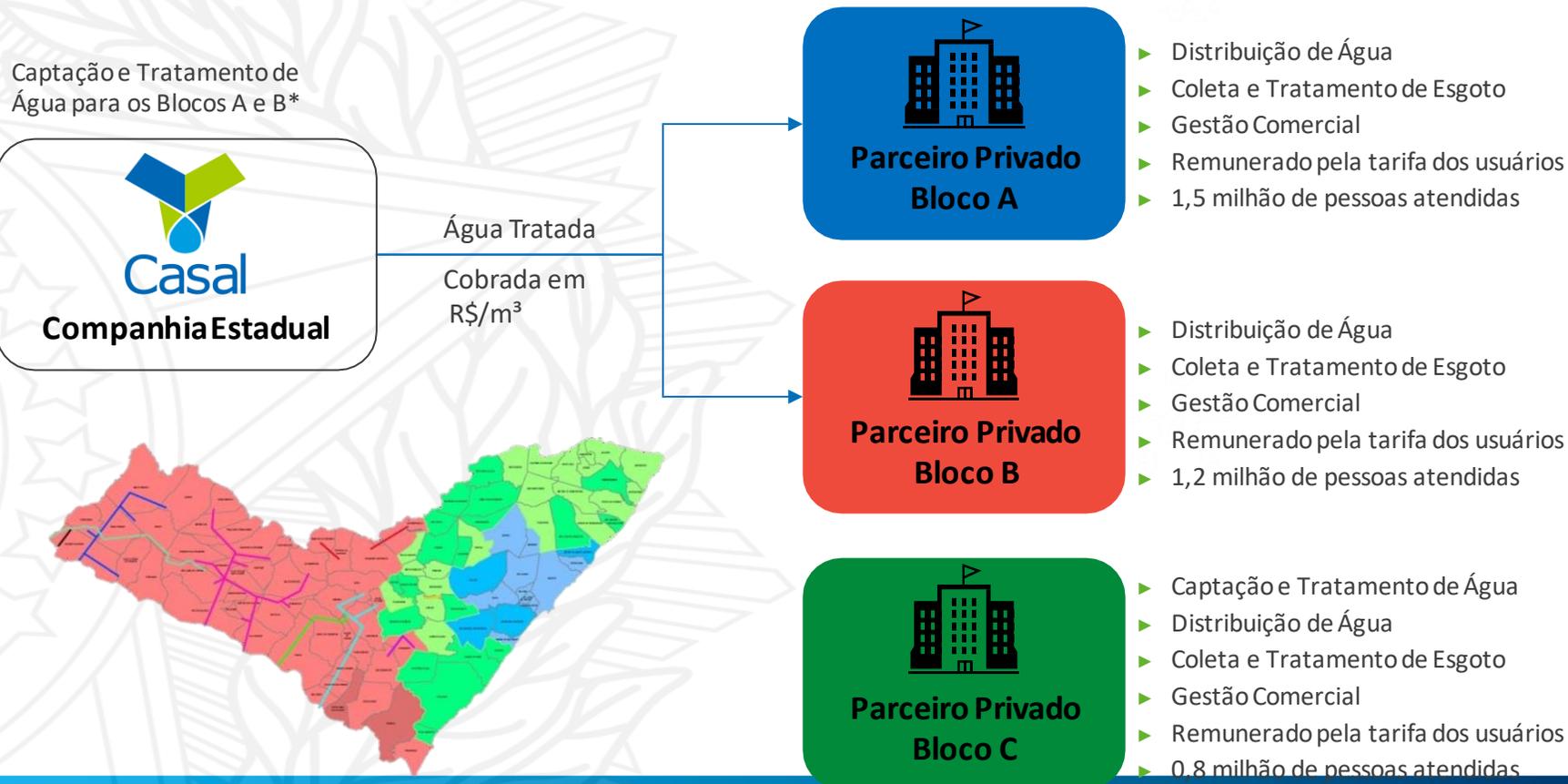
Regulação: Agências Estaduais, observando normas de referência federais, expedidas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA)

## Arranjos institucionais // Modelagem

- **Companhia concessionária responsável pela produção de água;**
- **Concessionária responsável pelos demais serviços**
- **EX: CASAL – Estado de Alagoas e CEDAE – Estado do Rio de Janeiro**

Critério da licitação:  
Maior outorga

## Visão Geral do Projeto de Concessão



## Arranjos institucionais // Modelagem

- **Companhia concessionária responsável exclusivamente pelo acompanhamento do contrato;**
- **Concessionária responsável pelos serviços de água e esgoto**
- **EX: CAESA – Estado do Amapá**
- **DEPASA – Estado do Acre**



### 1. Adesão dos Titulares

- **Municípios: Convênio de Cooperação**

### 2. Concessão dos serviços a Operador Privado

- **Celebração de contrato de concessão**
- Pagamento de valor fixo de **outorga**
- **Critério da licitação: menor tarifa**
- Os serviços serão prestados somente às áreas urbanas dos municípios

- Gerenciador do processo: condução dos estudos técnicos de viabilidade em conjunto com o BNDES
- Interlocução com os titulares dos serviços
- Realização da licitação do projeto
- Parte contratante no contrato de concessão

## Arranjos institucionais // Modelagem

- Companhia concessionária subdelega os serviços;
- Concessionária responsável pelos serviços de água e/ou esgoto
- EX: SANESUL – Estado do Mato Grosso do Sul



### MODALIDADE

- ▶ Parceria Público-Privada – Concessão Administrativa
- ▶ 30 anos
- ▶ Critério da licitação: menor tarifa

### ÁREA DE ABRANGENCIA DO PROJETO

- ▶ 68 municípios
- ▶ 1.700 mi pessoas beneficiadas

### PRAZO PARA UNIVERSALIZAÇÃO

- ▶ em até 10 anos



## Concessões de Resíduos Sólidos Urbanos

### PREMISSAS PARA ESTRUTURAÇÃO DE CONCESSÕES E PPP POR CONSÓRCIOS PÚBLICOS

- **Prestação regionalizada de serviços públicos nos termos da Legislação atual;**
- **Possibilidade de viabilizar serviços públicos de qualidade em municípios menores**
- **Ganho de escala e viabilidade da prestação de serviços permitindo que os pequenos municípios se beneficiem da escala dos municípios grandes e médios;**
- **Aprovação de Leis uniformes nos municípios;**
- **Cobrança de taxas/tarifas iguais aos munícipes de todos os municípios (subsídio cruzado interno)**

# Metas do PLANSAB

Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab, julho/2019



# Diretrizes para a estruturação de concessão comum de RSU



SECRETARIA ESPECIAL DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS DA CASA CIVIL DA  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria de Fomento e Apoio a Parcerias de Entes Federativos

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Secretaria da Qualidade Ambiental

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Fundação Nacional de Saúde

Nota Técnica Conjunta nº 1/2020/SPPI/MMA/FUNASA

PROCESSO Nº 59000.000935/2020-91

1. **ASSUNTO**
  - 1.1. Diretrizes para a estruturação de projetos relacionados ao manejo dos resíduos sólidos urbanos no âmbito do Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parcerias Público-Privadas (FEP) da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
2. **REFERÊNCIAS**
  - 2.1. Nota Técnica Conjunta nº 164/2018-MP, de setembro de 2018.

**1ª - Estratégia cronológica de implementação da infraestrutura e dos serviços relacionados à rota tecnológica constituinte da concessão ou PPP;**

**2ª - Compatibilização com os planos municipais, intermunicipais ou regionais;**

**3ª - Previsão de instrumentos para a inclusão e emancipação dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis;**

**4ª - Realização de estudos para o encerramento, remediação e monitoramento de aterros sanitários; lixões e aterros controlados; e, demais unidades de manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU);**

**5ª - Estruturação comercial para recuperação de custos (cobrança conjunta água-esgoto-resíduos);**

**6ª - Realização de estudos para viabilização técnica e econômica da recuperação energética de resíduos sólidos, nos termos do Art. 9º, § 1º, da Lei nº 12.305/2010;**

**7ª - Previsão de instrumentos para o atendimento da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), por meio de tecnologias de baixa emissão de gases de efeito estufa (GEE);**

**8ª - Identificação de rotas tecnológicas a serem consideradas na concessão ou PPP, conforme as especificidades do local em estudo;**

**9ª - Ações de educação ambiental para atingir as metas da concessão**

## Modelo de contrato: concessões comuns, concessões administrativas ou concessões patrocinadas?

CONCESSÕES  
ADMINISTRATIVAS  
(PPP)

CONCESSÕES  
PATROCINADAS



CONCESSÕES COMUNS

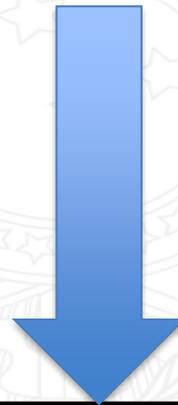
- Aspectos relevantes
- Garantias;
- Limite do Comprometimento da RCL.

**Forma de cobrança e garantias: taxa, tarifas ou outros preços públicos? e  
Modalidade de cobrança pela prestação dos serviços: boleto próprio do prestador ou cobrança  
cofaturada em conjunto com contas de água de outro prestador?**

Art. 35 da Lei nº 11.405/2007 – alterada pela Lei nº 14.026/2020

### Vantagens

- Permite e disciplina a cobrança de tarifas;
- Permite e disciplina a cobrança de SMRSU com proxy do consumo de água;
- Permite e disciplina o cofaturamento com contas de água ou boleto próprio;

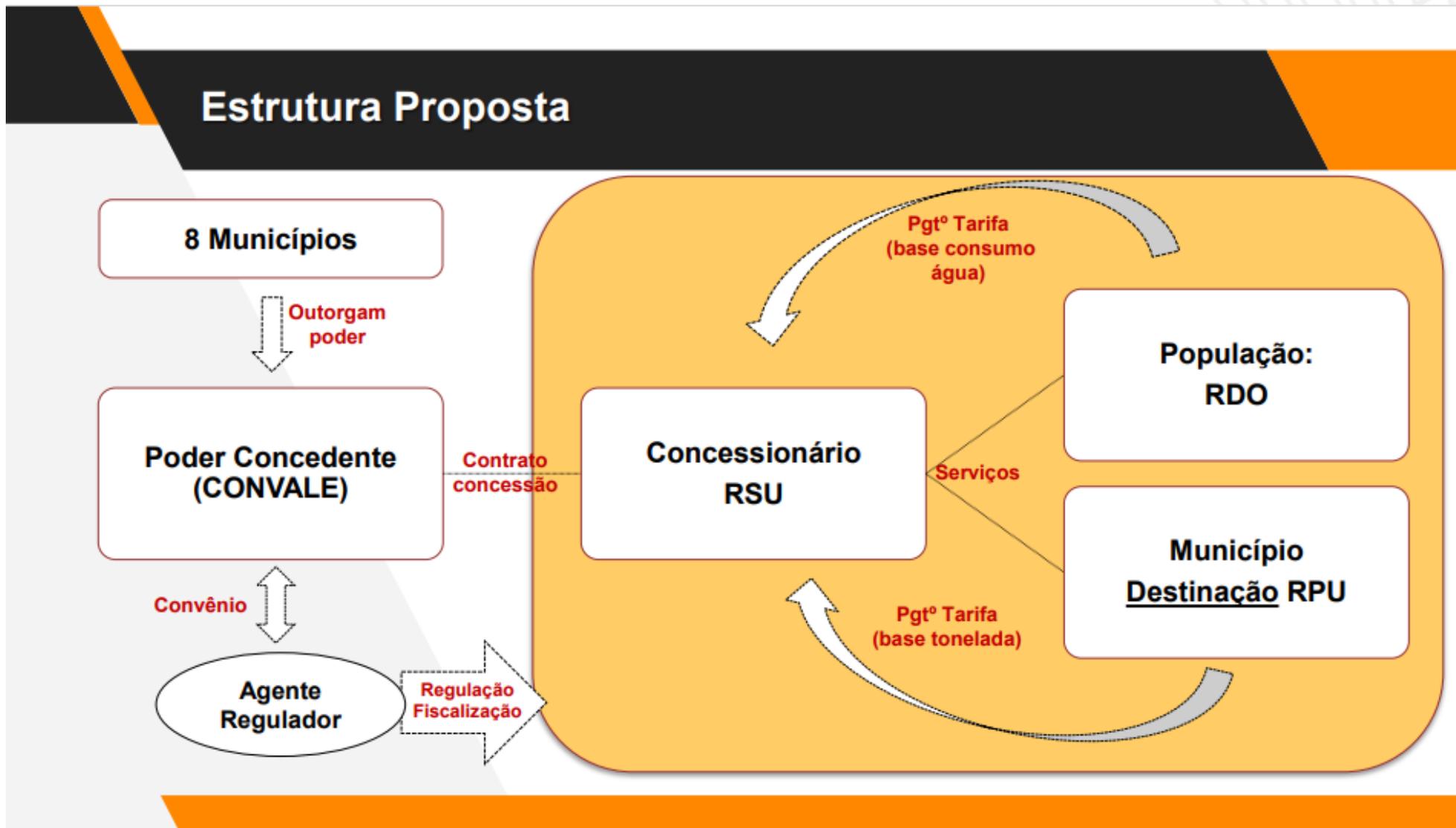


### Desafios

- Adesão dos prestadores para o cofaturamento;
- Disponibilização da base de consumo de água para faturamento por boleto próprio;
- Definição da remuneração do preço para o cofaturamento com valores módicos

RESOLUÇÃO ANA Nº 79, DE 14 DE JUNHO DE 2021 Documento nº 02500.027257/2021-36 Aprova a Norma de Referência nº 1 para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, que dispõe sobre o regime, a estrutura e parâmetros da cobrança pela prestação do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos, bem como os procedimentos e prazos de fixação, reajuste e revisões tarifárias.

# Atores envolvidos em uma concessão comum de RSU-CONVALE/MG



# MUITO OBRIGADO!!

**MANOEL RENATO MACHADO FILHO**

**DIRETOR**

**Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos**

***manoel.m.filho@economia.gov.br***